

# A relação entre a gestão fiscal nos municípios e o desenvolvimento regional do estado do Amazonas

Rafael do Amaral Santos<sup>1</sup>

Nyalle Barboza Matos<sup>2</sup>

Leandro Marcondes Carneiro<sup>3</sup>

Recebido em: 13-08-2025

Aceito em: 26-11-2025

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre a qualidade da gestão fiscal e a promoção do desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Estado do Amazonas. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, que analisa dados documentais secundários. A população do estado abrange 62 municípios, mas o estudo utilizou somente 57 desses, porque os demais não forneceram os dados necessários. Os indicadores utilizados são o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). Os principais resultados revelam que a gestão fiscal nos municípios amazonenses precisa de melhorias, com ênfase na autonomia financeira, administração de gastos com pessoal, liquidez e investimentos em bem-estar social. E, ainda, é importante priorizar a eficiência e a transparéncia na gestão pública, além de sugerir que políticas públicas sejam implementadas para promover um desenvolvimento mais equitativo e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento municipal. Gestão fiscal. Municípios. Amazonas.

## The relationship between fiscal management in municipalities and regional development in the state of Amazonas

## Abstract

This article aims to analyze the relationship between the quality of fiscal management and the promotion of socioeconomic development in municipalities in the State of Amazonas. This is a descriptive study, with a quantitative approach, which analyzes secondary documentary data. The study population covers 62 municipalities, of which 57 were included after excluding five due to lack of data. The indicators used are the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) and the FIRJAN Fiscal Management Index (IFGF). The main results reveal that fiscal management in Amazonian municipalities needs improvements, with an emphasis on financial autonomy, management of personnel expenses, liquidity and investments in social well-being. Final Considerations. It is important to prioritize efficiency and transparency in public management, in addition to informing that public policies are innovative to promote more equitable development and improve the quality of public services.

Keywords: Municipal development. Tax management. Municipalities. Amazonas.

## 1 Introdução

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi estabelecida com o propósito de criar um centro industrial na Amazônia, gerando fluxos migratórios (Araújo, 2009). Essa migração de pessoas em direção à capital e aos municípios vizinhos, resultou em vastas áreas despovoadas em todo o território do estado. Tal realidade tem acarretado desafios significativos para os municípios mais

<sup>1</sup>Graduação em Contabilidade (Universidade do Estado do Amazonas - UFAM). [ras.cic21@uea.edu.br](mailto:ras.cic21@uea.edu.br)

<sup>2</sup>Doutorado em Contabilidade (Universidade de Brasília - UnB). Professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEAM). [nyallematos@hotmail.com](mailto:nyallematos@hotmail.com)

<sup>3</sup>Doutorado em Contabilidade (Universidade Federal do Paraná - UFPA). Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEAM). [lmcarneiro@uea.edu.br](mailto:lmcarneiro@uea.edu.br)

afastados, os quais enfrentam dificuldades no acesso a serviços essenciais como educação e saúde, muitas vezes encontrando esses recursos apenas em Manaus.

Além do fluxo migratório vindo do interior que criou periferias pobres em Manaus, após a implantação da ZFM os municípios do interior passaram a depender da capital, que concentra 90% da economia amazonense (Brito, 2021). Dessa forma, o desenvolvimento econômico trazido pela ZFM tem se concentrado principalmente na capital e em áreas adjacentes, deixando os municípios mais afastados à mercê de problemas socioeconômicos.

A diferença no desenvolvimento entre as áreas urbanas e as áreas rurais e afastadas coloca uma pressão considerável sobre as prefeituras municipais, que são responsáveis por gerir de forma eficiente os recursos públicos provenientes de tributos e transferências governamentais. Essa responsabilidade envolve a implementação de políticas públicas eficientes, que visem o desenvolvimento equitativo em todo o estado do Amazonas.

De acordo com o princípio da subsidiariedade (Boueri, 2008), se o município for economicamente capaz de prestar algum serviço à população, este serviço deve ser delegado a ele. Scarpin e Slomski (2007) apontam que os municíipes são como donos dos municípios, enquanto o prefeito assume o papel de um administrador escolhido pelos cidadãos por um período determinado. Essa ideia ressalta a importância da participação popular na gestão municipal e a responsabilidade dos gestores para com os habitantes. Silva *et al.* (2013) mencionam o papel crucial desempenhado pelos governos locais no âmbito do setor público. Como entes federativos trabalham diretamente com a população, as cidades têm a responsabilidade de promover políticas públicas que garantam o desenvolvimento econômico e social.

A função da contabilidade pública é de, segundo Avelino, Bressan e Cunha (2013, p.278), “atingir seus objetivos de registro, controle, transparência, prestação de contas e divulgação de informações” e ainda, a partir da análise dos dados contábeis consolidados, é possível extrair informações sobre o montante de recursos públicos destinados a diferentes áreas, como administração e planejamento, educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento, assistência e previdência, transporte, em diversas escalas. Além disso, é viável realizar uma identificação contábil dos gastos relativos a juros, encargos da dívida, despesas com pessoal e investimentos em um determinado município ou estado (Avelino, Bressan, Cunha, 2013).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabeleceu que os municípios têm a liberdade de instituir impostos sobre diferentes aspectos, tais como a propriedade territorial urbana (IPTU), a transmissão de bens imóveis entre pessoas vivas (ITBI) e a prestação de serviços de qualquer

natureza (ISS). Esses tributos, juntamente com os repasses financeiros provenientes da União e dos Estados, conforme previsto nos artigos 158 e 159 da Constituição, representam a principal fonte de receita para os municípios brasileiros.

A Lei Complementar nº 101 de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é considerada como um marco regulatório importante para a gestão fiscal dos entes federativos (Leite Filho *et al.*, 2018). Fioravante, Saboya e Vieira (2008, p, 62) destacam que a LRF foi criada com o objetivo de impactar as finanças dos municípios brasileiros no sentido de impor limites de gastos e controlar o endividamento excessivo. Zirebs, Bitarello e Staudt (2009, p. 123) afirmam que a LRF “tem contribuído para o gerenciamento dos gastos públicos e a transparência da gestão governamental”.

No entanto, mesmo diante dessas fontes de recursos, em 2020, foi constatado que 1.704 municípios em todo o país não foram capazes de gerar receitas locais suficientes para cobrir os gastos decorrentes da sua estrutura administrativa (Firjan, 2021). Considerando a responsabilidade dos governos locais em assegurar o desenvolvimento social, o papel da contabilidade pública para a garantia desse progresso e os desafios decorrentes de uma gestão ineficiente, foi elaborada a seguinte questão norteadora: Qual a relação entre a gestão fiscal dos municípios amazonenses e a promoção do desenvolvimento socioeconômico desses municípios? Assim, o objetivo deste estudo consiste em analisar a relação entre a qualidade da gestão fiscal e a promoção do desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Estado do Amazonas.

Para melhorar diferentes áreas e garantir o bem-estar da sociedade, os governos adotam estratégias chamadas políticas públicas, que são ações e decisões para resolver problemas sociais. Ao avaliar a administração das cidades, é importante estudar como os recursos públicos são realmente utilizados e entender o impacto desses investimentos em iniciativas que beneficiam o desenvolvimento social dos municípios (Silva *et al*, 2013).

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa visa se tornar um dos objetos de debate sobre a relação entre a qualidade da gestão pública e sua contribuição para o desenvolvimento dos municípios. Socialmente a pesquisa se mostra necessária, pois, não existem estudos feitos no estado do Amazonas relacionando gestão municipal e desenvolvimento.

## 2 Referencial teórico

Estudos realizados em outros estados do Brasil utilizaram os indicadores da FIRJAN (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e Índice Firjan de Gestão Fiscal) para mensurar o

desenvolvimento dos municípios nos estados analisados. O estudo conduzido por Delchiavon (2017) no Paraná entre os anos 2005 e 2013 indicou um crescimento geral no IFDM, com ênfase na área da saúde. Murta Filho, Magalhães e Wakim (2022), abrangeu o período de 2006 a 2016, concentrando-se no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) nos municípios de Minas Gerais, buscando identificar discrepâncias na gestão fiscal entre diferentes regiões do estado. Os resultados revelam que os municípios menos desenvolvidos na região norte demonstram uma gestão fiscal menos eficiente em comparação aos mais desenvolvidos.

Passos, Gonçalves, Ribeiro, Mori e Gaio (2022) investigaram a qualidade da gestão municipal do Rio de Janeiro entre 2006 e 2013 correlacionando o IFDM e IFGF ao cumprimento da LRF, seus resultados mostram que em metade dos anos analisados não foi encontrada uma relação positiva entre os índices. No restante, a relação positiva sugere que uma gestão ética dos recursos impacta positivamente na qualidade de vida da sociedade.

Renzi (2021) analisou o desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul entre 2005 e 2016 utilizando apenas o IFDM, resultado que quase todos os municípios tiveram um crescimento rápido, superando a média nacional, sugerindo assim que as políticas fiscais podem ser eficazes no combate à pobreza e no impulso ao desenvolvimento na região.

Vieira, Kruger e Bourscheidt (2017) focou no indicador de emprego e renda do IFDM nos municípios do Paraná no ano de 2010, a ideia era avaliar como o mercado de trabalho se saía em diferentes partes do estado. Os principais resultados encontrados foram que nas áreas próximas à capital, o emprego e a qualidade do mercado de trabalho eram melhores do que em regiões mais distantes; e que havia diferenças significativas nas oportunidades e condições de trabalho entre áreas urbanas próximas à capital e regiões mais afastadas.

Medeiros *et al.* (2017) aborda o desenvolvimento municipal do Tocantins no período de 2000 a 2010 através de suas microrregiões, utilizando o IFDM para mensuração. Os resultados mostram que o IFDM Educação apresentou um considerável crescimento, enquanto o IFDM Saúde manteve-se alto ao longo de todo o período analisado. Além de que o município com o menor Produto Interno Bruto (PIB) do estado alcançou uma posição elevada em termos de desenvolvimento, indicando que a região mais rica nem sempre é a mais desenvolvida, e vice-versa.

As semelhanças entre alguns resultados que buscaram analisar desenvolvimento municipal e qualidade de gestão apontam para desafios específicos na capacidade de gestão fiscal, sugerindo a necessidade de abordagens diferenciadas para promover um equilíbrio econômico mais equitativo e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

## 2.1 Gestão fiscal

Cruz e Afonso (2018) associam os conceitos de responsabilidade, transparência, controle e planejamento como pilares para uma gestão fiscal eficiente. O estudo de Rosa *et al.* (2021) mostrou que municípios com melhores níveis de transparência apresentam melhor relação entre gestão fiscal e o desempenho municipal.

Santana Junior *et al.* (2009) comenta sobre a importância do termo *accountability* na administração pública: a responsabilidade dos gestores dos municípios tem de prestar contas à sociedade de forma que os cidadãos possam identificar, julgar e exigir responsabilidade pelas ações de cada gestor. Avelino, Bressan e Cunha (2013, p. 275) afirmam que “os cidadãos têm por objetivo garantir que os recursos provenientes dos seus tributos estejam sendo empregados de maneira eficiente”.

Sem acesso a informações adequadas sobre como o governo está sendo administrado, os cidadãos não conseguem formar opiniões corretas sobre as ações realizadas pelos gestores públicos (Nakagawa, Relvas, Dias Filho, 2007). Silva *et al* (2013) destaca que a gestão fiscal e o planejamento são peças importantes a serem consideradas na criação de políticas públicas que gerem influências positivas na sociedade.

Avelino, Bressan e Cunha (2013, p. 279) ressalta ainda que a gestão eficiente de recursos públicos “tende a fazer com que os municípios tenham seu nível de desenvolvimento humano aumentado ao longo dos anos”. O que completa a ideia apresentada por Silva e Crisóstomo (2019) de que a gestão fiscal é uma forma de tornar a administração pública eficiente e promover o desenvolvimento socioeconômico. A eficiência está vinculada à busca pela melhor combinação entre recursos e produtos. Em outras palavras, o conceito de eficiência visa otimizar a produção ao minimizar o uso de recursos (Silva, Crisóstomo, 2019).

A LRF se tornou um instrumento indispensável para o aprimoramento da gestão fiscal nos estados e municípios, porém ainda deveria se aprimorar para avaliar também a qualidade dos gastos públicos que os municípios têm com a população (Boueri, 2008).

## 2.2 Desenvolvimento municipal

Santos Filho (2010) afirma que é comum mensurar o progresso de uma sociedade com base em indicadores quantitativos, como por exemplo, o PIB, PIB *per capita*, renda, renda *per capita* entre outros. Tais indicadores apesar de refletirem uma realidade econômica não são

suficientes para se medir o desenvolvimento de uma sociedade. Assim, países que apresentavam o maior crescimento econômico eram vistos, erroneamente, como os mais desenvolvidos (Dalchiavon, 2017).

Quando indicadores de crescimento econômico e de desenvolvimento são associados, o que se observa é uma grande diferença entre os números desses indicadores e a real situação de bem-estar e qualidade de vida das pessoas (Santos Filho, 2010). Para que uma região experimente desenvolvimento econômico, é essencial que não apenas registre crescimento em sua renda, mas também evidencie melhorias em vários indicadores sociais, tais como saúde, educação, moradia, segurança e outros (Dalchiavon, 2017).

Ainda de acordo com Dalchiavon (2017) existe a necessidade de se criar indicadores que avaliem o desenvolvimento socioeconômico, incluindo não apenas a mensuração de fatores econômicos, mas também fatores sociais. Sendo assim, é possível verificar se as iniciativas governamentais estão realmente gerando resultados positivos no desenvolvimento socioeconômico da população (Silva *et al*, 2013).

Logo, a utilização de indicadores com foco no desenvolvimento social tornou-se uma ferramenta necessária para planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas. Alguns exemplos desses indicadores seriam o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e os índices da FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) e gestão fiscal (IFGF). Estudos realizados em outros estados do Brasil utilizaram os indicadores da FIRJAN, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e Índice Firjan de Gestão Fiscal, para mensurar o desenvolvimento dos municípios nos estados analisados.

O estudo conduzido por Delchiavon (2017) no Paraná entre os anos 2005 e 2013 indicou um crescimento geral no IFDM, com ênfase na área da saúde. Murta Filho, Magalhães e Wakim (2022), abrangeu o período de 2006 a 2016, concentrando-se no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) nos municípios de Minas Gerais, buscando identificar discrepâncias na gestão fiscal entre diferentes regiões do estado. Os resultados revelam que os municípios menos desenvolvidos na região norte demonstram uma gestão fiscal menos eficiente em comparação aos mais desenvolvidos.

Passos, Gonçalves, Ribeiro, Mori e Gaio (2022) investigaram a qualidade da gestão municipal do Rio de Janeiro entre 2006 e 2013 correlacionando o IFDM e IFGF ao cumprimento da LRF, seus resultados mostram que em metade dos anos analisados não foi encontrada uma relação positiva entre os índices. No restante, a relação positiva sugere que uma gestão ética dos recursos impacta positivamente na qualidade de vida da sociedade.

Renzi (2021) analisou o desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul entre 2005 e 2016 utilizando apenas o IFDM, resultado que quase todos os municípios tiveram um crescimento rápido, superando a média nacional, sugerindo assim que as políticas fiscais podem ser eficazes no combate à pobreza e no impulso ao desenvolvimento na região.

Vieira, Kruger e Bourscheidt (2017) focou no indicador de emprego e renda do IFDM nos municípios do Paraná no ano de 2010, a ideia era avaliar como o mercado de trabalho se saía em diferentes partes do estado. Os principais resultados encontrados foram que nas áreas próximas à capital, o emprego e a qualidade do mercado de trabalho eram melhores do que em regiões mais distantes; e que havia diferenças significativas nas oportunidades e condições de trabalho entre áreas urbanas próximas à capital e regiões mais afastadas.

Medeiros *et al.* (2017) aborda o desenvolvimento municipal do Tocantins no período de 2000 a 2010 através de suas microrregiões, utilizando o IFDM para mensuração. Os resultados mostram que o IFDM Educação apresentou um considerável crescimento, enquanto o IFDM Saúde manteve-se alto ao longo de todo o período analisado. Além de que o município com o menor Produto Interno Bruto (PIB) do estado alcançou uma posição elevada em termos de desenvolvimento, indicando que a região mais rica nem sempre é a mais desenvolvida, e vice-versa.

As semelhanças entre alguns resultados que buscaram analisar desenvolvimento municipal e qualidade de gestão apontam para desafios específicos na capacidade de gestão fiscal, sugerindo a necessidade de abordagens diferenciadas para promover um equilíbrio econômico mais equitativo e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

### **3 Procedimentos metodológicos**

A pesquisa em questão é caracterizada como um estudo descritivo, do tipo *ex post facto*, a partir de dados documentais secundários, considerados por Gil (2002) uma fonte efetiva de dados. Em relação à forma de tratamento das informações, adotou-se uma abordagem quantitativa de análise, que segundo Dalfovo (2008) resulta em um estudo com chances mínimas de distorções por conta de a abordagem garantir precisão nos trabalhos.

#### **3.1 Variáveis utilizadas**

Para analisar a qualidade da gestão dos municípios amazonenses, empregou-se o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que é calculado com base nas informações contábeis e dados

administrativos dos municípios disponível no Siconfi, decomposto nos quatro indicadores: Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos.

Cada indicador possui um peso de 25% para o cálculo do índice geral, o IFGF é um indicador criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) com o objetivo de ser uma ferramenta de auxílio para debates sobre a eficiência da gestão das prefeituras e subsidiariamente ser um instrumento de suporte para gestores públicos e de controle para os cidadãos.

O indicador de “Autonomia” trata sobre a capacidade das prefeituras de se sustentarem, buscando identificar se a gestão pública gera recursos suficientes para arcar com seus custos. O indicador de “Gastos com Pessoal” avalia o comprometimento das receitas públicas com as despesas de pessoal, que é um gasto rígido onde não se pode reduzir ou recusar o pagamento dos servidores.

O indicador de “Liquidez” mostra a relação entre as inscrições de restos a pagar e o recurso em caixa disponível, onde o cenário ideal é que o governo não inicie o ano com pagamentos pendentes com valor maior que o disponível em caixa. Por fim, o indicador de “Investimentos” trata da utilização de recursos para fornecer serviços como pavimentação de ruas, equipamentos para hospitais e escolas, iluminação pública para fomentar as atividades econômicas e o bem-estar da população (Quadro 1).

Os resultados são um índice que varia de 0 a 1 ponto, onde quanto mais próximo de 1 ponto melhor é a gestão fiscal do município, para a leitura os resultados são agrupados em quatro conceitos:

Resultado inferior a 0,4 ponto: gestão crítica;

Resultado entre 0,4 e 0,6 ponto: gestão em dificuldade;

Resultado entre 0,6 e 0,8 ponto: boa gestão;

Resultado superior a 0,8 ponto: gestão de excelência.

Quanto aos indicadores de qualidade dos serviços públicos e bem-estar social, utilizou-se o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), calculado de acordo com as informações públicas oficiais divulgadas pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde nas dimensões de Emprego & Renda, Educação e Saúde, respectivamente.

Criado em 2008 o IFDM tem como objetivo de mensurar e monitorar o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros, sendo assim possível determinar se a adoção de políticas públicas tem surtido efeito para o desenvolvimento. Por depender das estatísticas

dos ministérios, que são publicadas em diferentes níveis e períodos, possui um atraso na publicação de seus índices.

Quadro 1 - Definição das variáveis utilizadas

Variável	Definição operacional	Período	Fonte
ifgf-autonomia	Autonomia dos municípios	2018 - 2022	FIRJAN, 2024
ifgf-gastos-pessoal	Gastos de receita pública com servidores	2018 - 2022	FIRJAN, 2024
ifgf-liquidez	Pendências de pagamento	2018 - 2022	FIRJAN, 2024
ifgf-investimentos	Investimentos realizados para população	2018 - 2022	FIRJAN, 2024
ifdm-emprego&renda	Oferta de emprego	2012 - 2016	FIRJAN, 2024
ifdm-educação	Qualidade da educação	2012 - 2016	FIRJAN, 2024
ifdm-saúde	Atenção à saúde básica	2012 - 2016	FIRJAN, 2024
Popul	População estimada	2018 - 2022	IBGE, 2024

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FIRJAN (2024).

A dimensão “Emprego & Renda” se constitui através de duas partes: a capacidade da geração de emprego, a quantidade de pessoas empregadas - Emprego, e a distribuição no mercado de trabalho, o crescimento do salário mensal - Renda. A dimensão de Educação busca mensurar, nos níveis público e privado, a oferta de educação infantil, a qualidade da educação de ensino fundamental, a evasão escolar, a distorção de idade, a formação dos docentes, juntamente com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Por fim, a dimensão “Saúde” aborda os serviços que são de competência dos municípios: o atendimento de saúde básica, formando o índice a partir de dados sobre os atendimentos de pré-natal, os óbitos por causas mal definidas, os óbitos infantis por causas evitáveis e as internações sensíveis à atenção básica. Os resultados do índice variam de 0 a 1 ponto, onde quanto mais próximo de 1 ponto maior é o desenvolvimento do município, para melhor leitura os resultados são agrupados em quatro conceitos:

- Resultado entre 0 e 0,4 ponto: baixo estágio de desenvolvimento;
- Resultado entre 0,4 e 0,6 ponto: desenvolvimento regular;
- Resultado entre 0,6 e 0,8 ponto: desenvolvimento moderado;
- Resultado entre 0,8 e 1 ponto: alto estágio de desenvolvimento.

As informações referentes à população dos municípios do Amazonas foram divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no último censo, realizado em 2022. A coleta dos dados foi realizada diretamente nos sites da FIRJAN e do IBGE.

### 3.2 População e amostra

A população do estudo compreende os 62 municípios do Estado do Amazonas. Após a coleta das variáveis, foram excluídos 5 municípios (Atalaia do Norte, Boa Vista do Ramos, Guajará, Lábrea, Nhamundá) por falta de dados de alguns indicadores, formando assim uma amostra de 57 municípios. Foram coletados os seguintes dados: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) entre os anos de 2012 e 2016; Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) entre os anos de 2018 e 2022, sendo esses os anos que têm os dados mais recentes de cada indicador.

### 3.3 Tratamento dos dados

A análise descritiva dos índices se dará através da elaboração de tabelas compostas pelos dados dos indicadores coletados, com o objetivo de identificar possíveis avanços ou retrocessos na situação dos municípios que fazem parte da amostra ao passar do tempo.

Para a busca dos resultados referentes a identificação da influência da gestão fiscal no desenvolvimento dos municípios será realizada a técnica de correlação de Spearman no software R. Utilizando-se dos consolidados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) para identificar de que maneira a qualidade da gestão fiscal pode afetar no desenvolvimento dos municípios.

O coeficiente de correlação de Spearman é uma técnica utilizada para verificar de que forma duas variáveis podem estar relacionadas. Diferente da correlação de Pearson que avalia relações lineares, a correlação de Spearman, avalia relações monótonas, ou seja, quando as variáveis tendem a se mover na mesma direção mesmo que não seja de forma constante, quer sejam lineares ou não (Sousa, 2019).

Figueiredo, Azevedo e Oliveira (2009) afirmam que o coeficiente de correlação de Spearman resulta em um valor que fica entre -1 e 1, medindo assim a relação entre as variáveis. Quanto mais próximo de -1 ou 1 mais forte é a relação, sendo que se for próximo a -1 indica uma correlação negativa, e quanto mais próximo de 0 mais fraca é a correlação e se o valor do

coeficiente for igual a 0 não existe correlação entre as variáveis. Sousa (2019) destaca ainda que mesmo existindo uma correlação entre as variáveis na amostra, não significa que elas existem na população.

A correlação entre as variáveis será ilustrada através de gráficos de dispersão a fim de identificar se elas possuem a tendência de se moverem na mesma direção. Além disso, será elaborada uma matriz de correlação unindo as variáveis do IFDM e IFGF com a população dos municípios para mostrar de maneira geral a forma como uma variável influencia na outra.

## 5 Análise dos resultados

### 3.4 Análise descritiva dos indicadores

O indicador de autonomia do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) tem o pior resultado entre os todos os índices por evidenciar que mais de 80% dos municípios analisados do Amazonas apresentam uma gestão crítica em todos os anos vistos, sem melhora evidente (Tabela 1). Os únicos dois municípios que geram receita suficiente para se sustentarem são a capital Manaus e Presidente Figueiredo.

De 2018 a 2022 pelo menos 50 municípios não geraram receitas o suficiente para custear sua própria estrutura administrativa tornando essas cidades dependentes dos repasses estaduais e federais. O recurso vindo dessas transferências que poderiam ser usados na promoção da melhor qualidade de vida da população acaba sendo gasto para manter a estrutura administrativa do município.

Tabela 1 - Distribuição do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Autonomia

IFGF – Autonomia					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Gestão Crítica	50	50	51	50	52
Gestão em Dificuldade	4	4	2	3	2
Boa Gestão	1	1	2	2	1
Gestão de Excelência	2	2	2	2	2
Total de Municípios	57	57	57	57	57

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FIRJAN (2024).

O indicador de Gastos com Pessoal, que trata dos dispêndios realizados com a folha de pagamento dos servidores públicos, mostra que mais da metade das cidades amazonenses possui uma gestão crítica ou em dificuldade (Tabela 2). O que significa que a gestão municipal

compromete grande parte das receitas do município, que como foi observado no indicador anterior são poucas, nesse tipo de despesa.

Porém observa-se uma queda no período analisado no número de municípios com a gestão crítica e um aumento entre os que têm uma gestão de excelência, não sendo o ideal, mas mostra que talvez exista um planejamento maior por parte dos gestores de controlar melhor os pagamentos dos funcionários públicos municipais.

**Tabela 2 - Distribuição do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Gastos com Pessoal**

<b>IFGF - Gastos com Pessoal</b>					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Gestão Crítica	38	24	26	28	25
Gestão em Dificuldade	7	12	6	11	11
Boa Gestão	7	13	11	6	7
Gestão de Excelência	5	8	14	12	14
Total de Municípios	57	57	57	57	57

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FIRJAN (2024).

Se tratando da relação entre os restos a pagar acumulados e a disponibilidade de recurso em caixa no começo do exercício, o indicador de Liquidez é o que apresenta a menor quantidade de prefeituras em situação crítica (Tabela 3). Ainda assim, em média 1% dos municípios amazonenses não possuem recurso em caixa suficiente para cobrir os pagamentos pendentes.

A maior parte das cidades tem um índice que varia entre gestão em dificuldade e boa gestão, evidenciando a necessidade de um maior planejamento para o cumprimento das obrigações empenhadas.

**Tabela 3 - Distribuição do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Liquidez**

<b>IFGF - Liquidez</b>					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Gestão Crítica	4	6	4	4	6
Gestão em Dificuldade	31	23	34	20	25
Boa Gestão	16	22	11	20	17
Gestão de Excelência	6	6	8	13	9
Total de Municípios	57	57	57	57	57

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FIRJAN (2024).

O indicador dos investimentos, que mede a quantidade de receita utilizada para o fornecimento dos serviços pela gestão municipal, mostrou variações durante o período analisado, entre os anos de 2018, 2019 e 2021 a maior dos municípios apresentava uma gestão

crítica relacionada aos investimentos realizados (Tabela 4). No ano de 2020 a maior parte dos municípios se concentrou em gestão de excelência.

Para o período mais atual, de 2022, apenas 3 municípios apresentaram gestão crítica, enquanto o restante da amostra varia entre gestão em dificuldade e boa gestão e a maior parte encontra-se em gestão de excelência, o que indica que existe um movimento maior por parte dos gestores de investir mais nos serviços prestados à população. A divergência entre esse indicador e o de autonomia se explica no fato de o IFGF investimentos atribuir uma classificação alta para os municípios que investiram mais de 12% de sua receita total independente de sua autonomia ou não.

**Tabela 4 - Distribuição do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Investimentos**

<b>IFGF – Investimentos</b>					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Gestão Crítica	22	22	8	23	3
Gestão em Dificuldade	12	16	8	9	13
Boa Gestão	12	10	10	18	18
Gestão de Excelência	11	9	31	7	23
Total de Municípios	57	57	57	57	57

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FIRJAN (2024).

No indicador consolidado, nos primeiros períodos analisados mostravam que a maior parte dos municípios se encontrava em gestão crítica, nos períodos mais recentes a maior parte dos municípios encontram-se em gestão em dificuldade, o que evidencia um aumento no indicador consolidado das cidades. Também é crescente o número de municípios que se encontram em boa gestão, por fim o único município no consolidado que apresenta uma gestão de excelência é a capital do estado, Manaus (Tabela 5).

**Tabela 5 - Distribuição do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Consolidado**

<b>IFGF - Consolidado</b>					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Gestão Crítica	31	27	16	21	16
Gestão em Dificuldade	20	22	29	29	30
Boa Gestão	5	7	11	6	10
Gestão de Excelência	1	1	1	1	1
Total de Municípios	57	57	57	57	57

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FIRJAN (2024).

Em relação ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) a média do período analisado mostra que nenhum município do estado atingiu o valor suficiente para ser classificado

com alto desenvolvimento em nenhum dos indicadores (Tabela 6). No consolidado do indicador, mais de 80% dos municípios estão classificados como desenvolvimento regular.

**Tabela 6 - Distribuição do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**

Descrição	IFDM – Média (2012-2016)			
	Consolidado	Emprego e Renda	Saúde	Educação
Baixo Desenvolvimento	6	0	12	48
Desenvolvimento Regular	52	34	39	12
Desenvolvimento Moderado	4	28	11	2
Alto Desenvolvimento	0	0	0	0
Total de Municípios	62	62	62	62

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FIRJAN (2024).

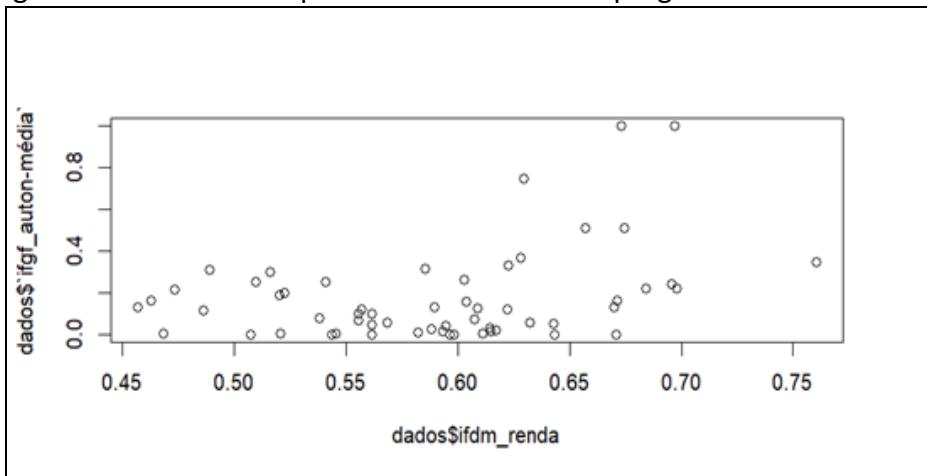
Na dimensão de emprego e renda a maior parte dos municípios concentra-se na classificação de desenvolvimento regular, o que mostra que a crise econômica no começo da última década afetou a criação de empregos e postos de trabalho, mas não de maneira tão grave a ponto de fazer os municípios se classificarem como baixo desenvolvimento. A saúde, assim como a dimensão de emprego e renda, tem a maior parte dos municípios classificados com desenvolvimento regular, também o período analisado mostrou que em média 12 municípios não podem garantir acesso à saúde básica para a população.

O indicador que apresenta o resultado mais grave no período analisado é o de educação, onde mais da metade dos municípios tem baixo desenvolvimento, mostrando a dificuldade da gestão pública, no período analisado, de garantir educação básica de qualidade, oferecer professores qualificados e evitar a evasão escolar.

### 3.5 Análise exploratória dos dados

A correlação das variáveis de emprego & renda e de autonomia representa o valor mais alto identificado, de 0,24423, indicando uma relação, ainda que fraca, positiva sobre como a autonomia dos municípios pode impactar na oferta de empregos e como a renda da população pode influenciar na autonomia dos municípios (Figura 1).

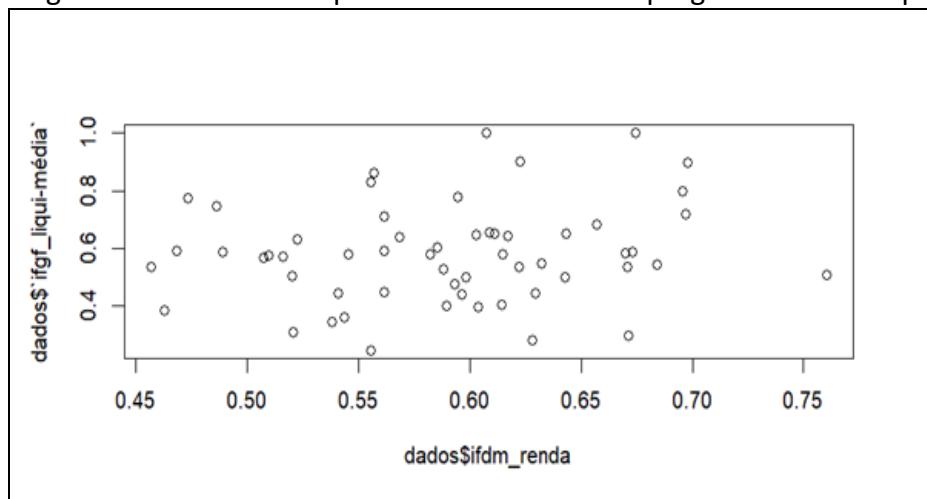
Figura 1 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Emprego & Renda e Autonomia.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A qualidade da gestão fiscal no âmbito da liquidez quando se trata de emprego & renda também apresentou um fraco resultado positivo de 0,14821, com os índices muito dispersos no gráfico, mostrando assim que a renda da população pode afetar a liquidez das cidades (Figura 2).

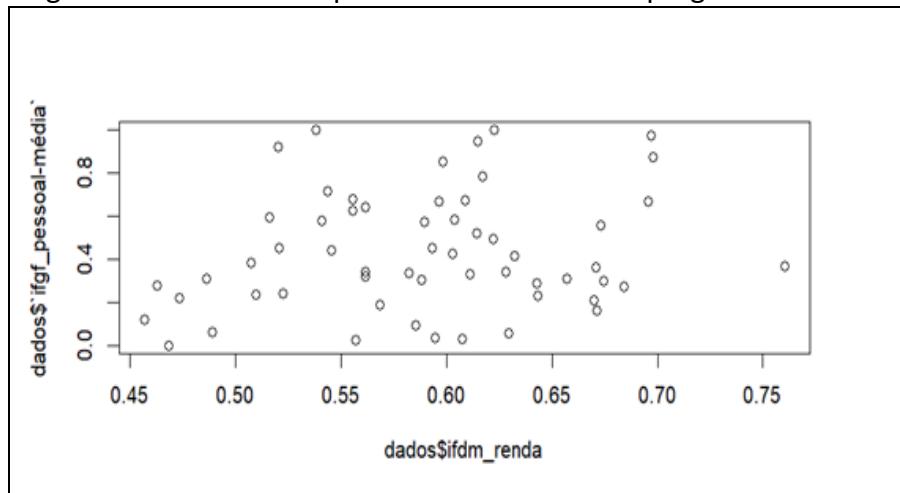
Figura 2 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Emprego & Renda e Liquidez.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Os gastos com pessoal também afetam positivamente o índice de emprego e renda da população, com um valor de 0,14422 identificado na correlação das variáveis, o que indica que gastos elevados com servidores públicos podem influenciar na renda da população e vice-versa (Figura 3).

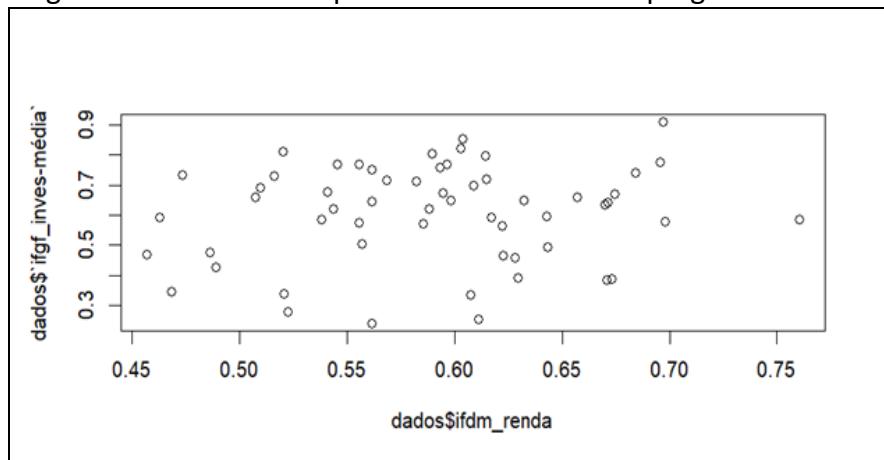
Figura 3 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Emprego & Renda e Gastos com Pessoal.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Os investimentos representam o valor de correlação mais fraco identificado com o índice de emprego & renda, que ainda mostrou uma relação positiva entre eles, indicando que a oferta de emprego ou a renda da população não afetam de maneira tão significativa os investimentos realizados pelas cidades (Figura 4).

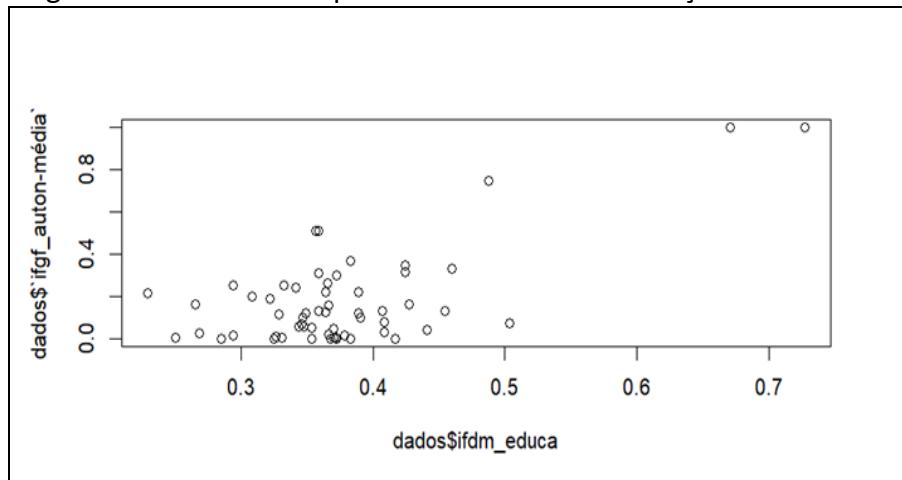
Figura 4 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Emprego & Renda e Investimentos.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

O segundo valor de correlação mais alto, 0,23949 foi identificado nas variáveis de educação e autonomia, representando que quanto maior a autonomia do município melhor será a oferta de educação de qualidade, que por sua vez pode influenciar numa maior autonomia desses municípios (Figura 5).

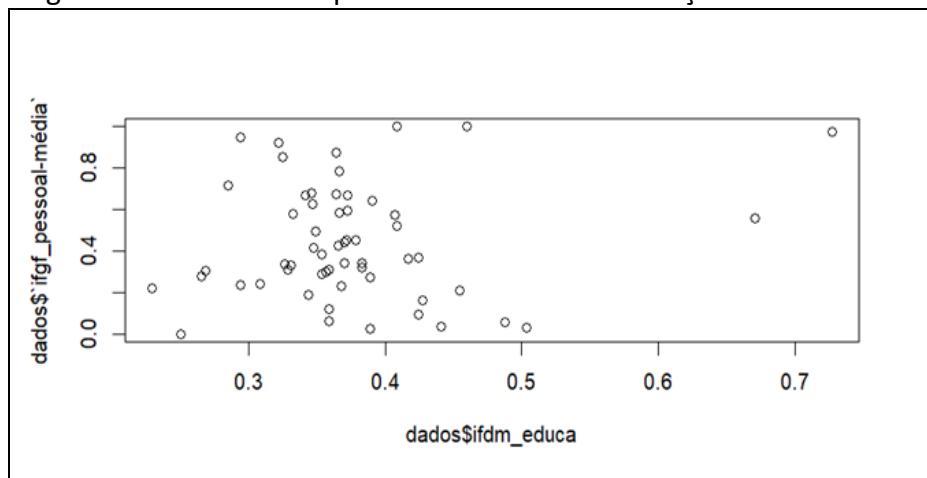
Figura 5 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Educação e Autonomia.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Os gastos com pessoal também apresentaram uma relação fraca, porém diferente das outras negativas, no valor de -0,02301, mostrando que quando uma das variáveis aumenta a valor enquanto a outra diminui, assim é possível identificar que a educação ofertada não afeta de maneira tão significativa os gastos com pessoal dos municípios (Figura 6).

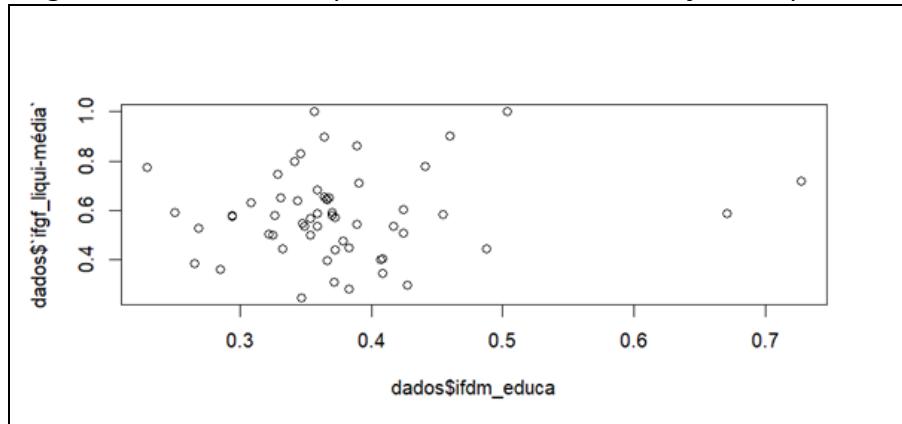
Figura 6 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Educação e Gastos com Pessoal.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A liquidez apresenta uma correlação positiva muito fraca, no valor de 0,00745, representando assim que apesar de certo efeito, no que tange à liquidez dos municípios não implica na qualidade da oferta de educação básica ou vice-versa (Figura 7).

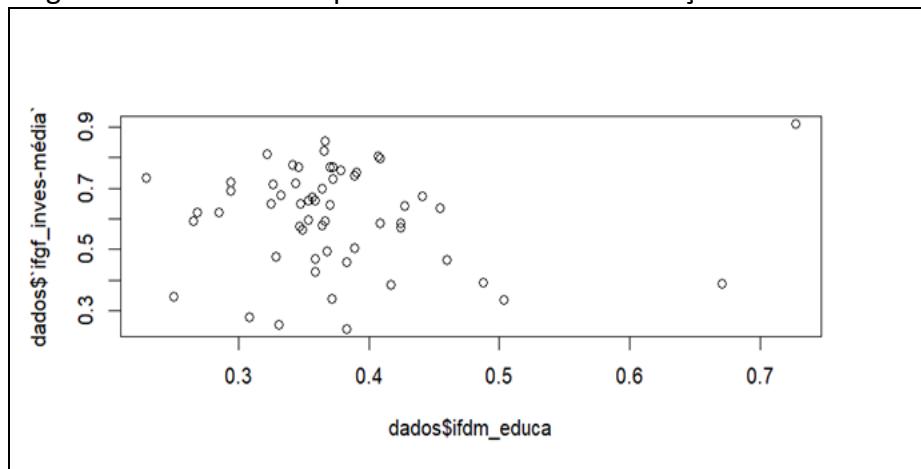
Figura 7 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Educação e Liquidez.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A correlação entre a educação e os investimentos revela um resultado de -0,08011, uma correlação fraca negativa o que indica que quando se tem investimentos de maneira geral que engloba várias áreas a qualidade da educação cai e vice-versa (Figura 8).

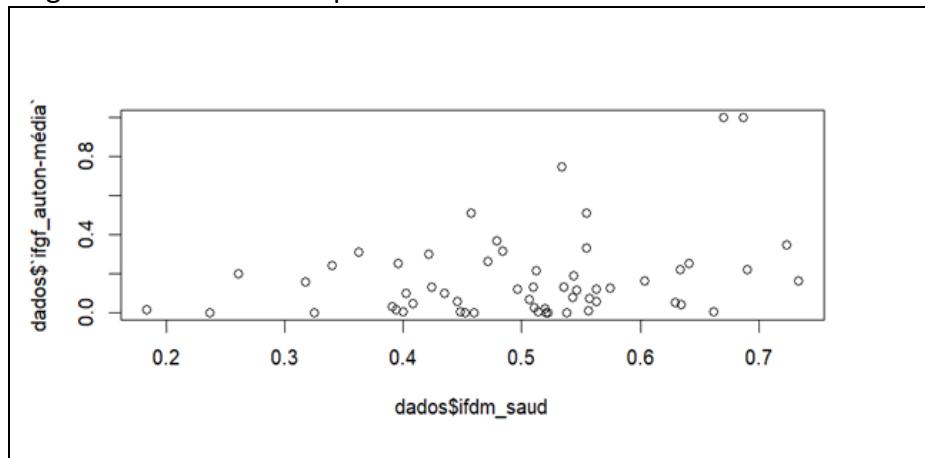
Figura 8 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Educação e Investimentos.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Em relação ao indicador de saúde, o terceiro maior resultado de correlação no valor de 0,23463, mostra que uma maior autonomia dos municípios leva a uma saúde básica de melhor qualidade (Figura 9).

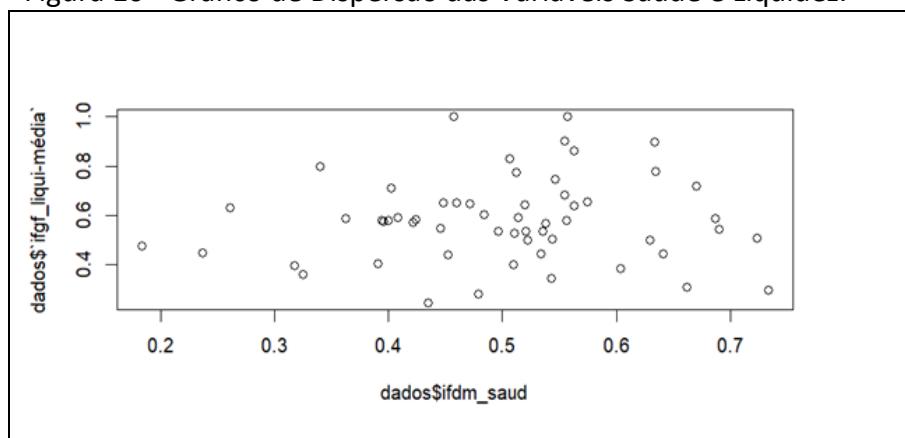
Figura 9 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Saúde e Autonomia.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A liquidez dos municípios assim como a educação não influencia e nem é influenciada de maneira tão significativa pela qualidade da saúde ofertada às pessoas, mas ainda assim a correlação identificada foi positiva no valor de 0,08443 (Figura 10).

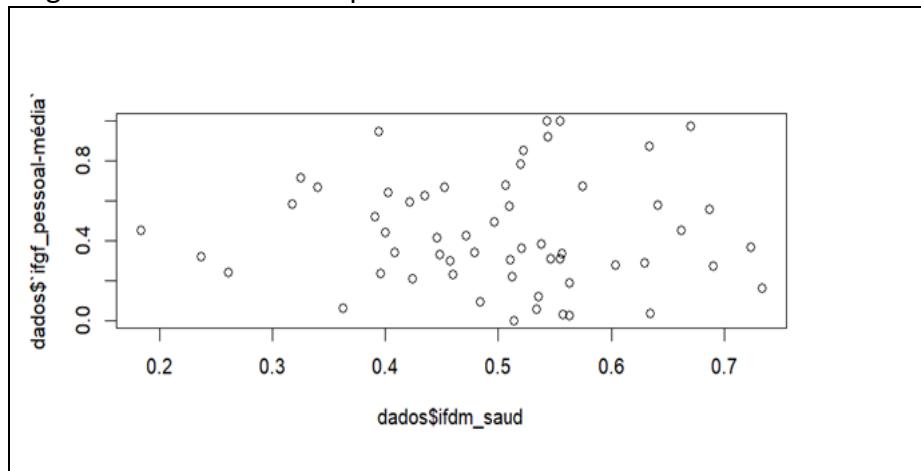
Figura 10 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Saúde e Liquidez.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

O indicador de gastos com pessoal, quando relacionado ao indicador de saúde, resultou em uma correlação negativa de -0,10147, o que mostra que se a gestão pública prioriza os gastos com pessoal a qualidade da saúde ofertada pode cair (Figura 11).

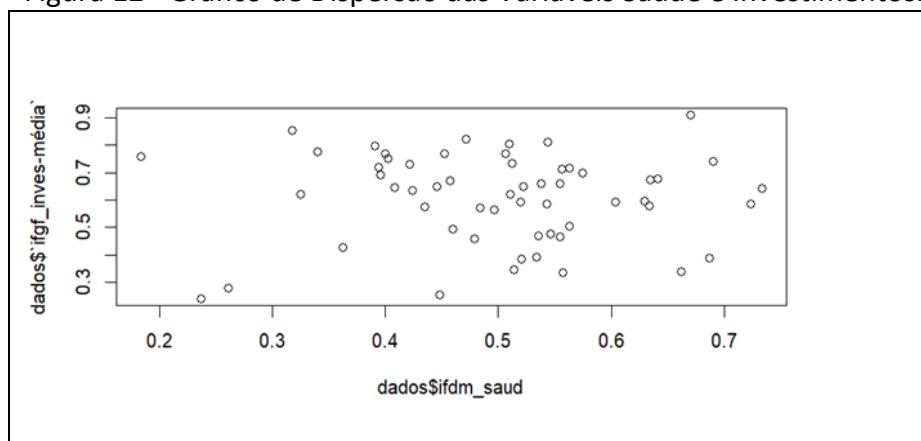
Figura 11 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Saúde e Gastos com Pessoal.



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

O resultado da correlação entre saúde e os investimentos realizados foi um valor de -0,13106, novamente uma correlação negativa que segue a mesma lógica do que ocorreu com a variável de educação (Figura 12).

Figura 12 - Gráfico de Dispersão das Variáveis Saúde e Investimentos.

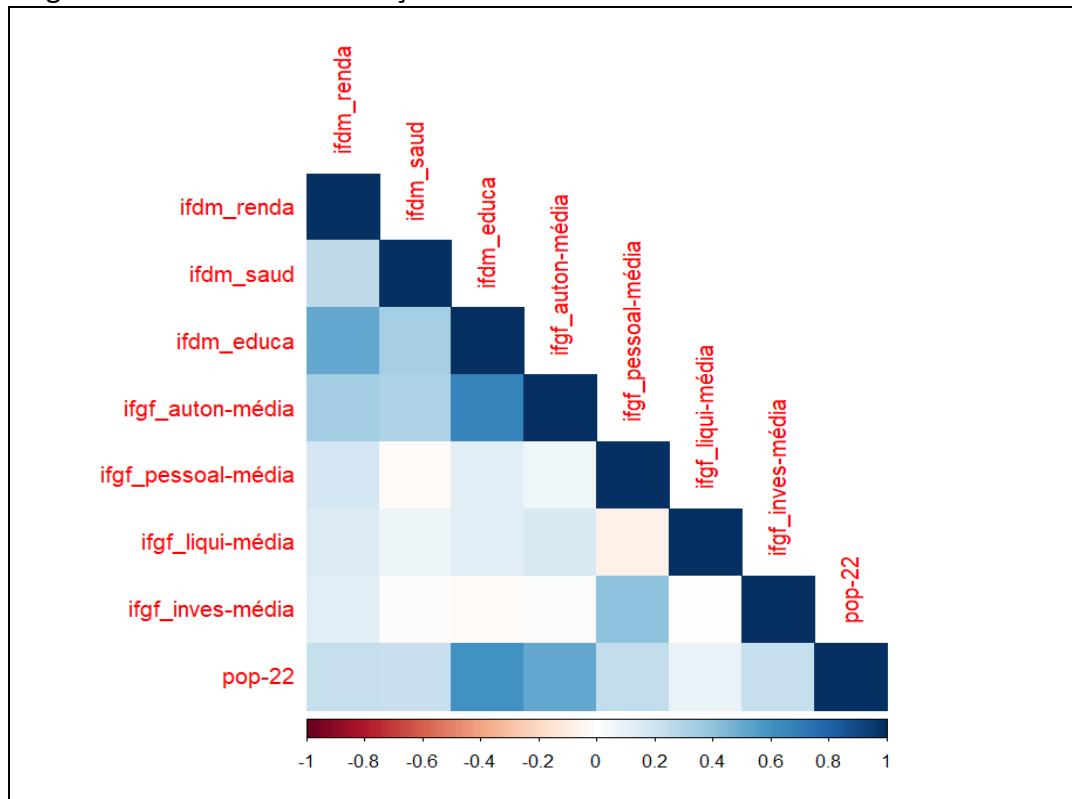


Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A matriz de correlação das variáveis demonstra de maneira mais clara as formas como uma variável pode influenciar na outra, de forma positiva ou negativa. Como observado na matriz, representada pela figura 13, existem algumas relações positivas ou negativas entre as variáveis.

Os resultados indicam que correlações em sua maioria positivas foram identificadas entre as variáveis apesar de os valores encontrados não serem tão próximos de 1, ou seja, são correlações fracas, porém deve-se levar em conta que outros fatores podem influenciar as variáveis para provocar seu aumento ou diminuição, logo, apesar de correlações fracas elas ainda existem entre as variáveis.

Figura 13 - Matriz de Correlação as Variáveis



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A respeito da matriz, é possível identificar a existência de uma fraca relação negativa entre gastos com pessoal e liquidez, e relações positivas entre as variáveis do IFDM como educação e renda, entre variáveis do IFDM e IFGF como educação e autonomia, autonomia e renda, autonomia e saúde, entre variáveis do IFGF como gastos com pessoal e investimentos, e entre a população com variáveis como educação e autonomia (Tabela 7).

Tabela 7 - Resumo dos Valores de Correlação Identificados entre as variáveis

Variáveis	Coeficiente de Correlação de Spearman
Renda x Autonomia	0,24423
Renda x Liquidez	0,14821
Renda x Gastos com Pessoal	0,14422
Renda x Investimentos	0,05409
Educação x Autonomia	0,23949
Educação x Liquidez	0,00745
Educação x Gastos com Pessoal	-0,02301
Educação x Investimentos	-0,08011
Saúde x Autonomia	0,23463
Saúde x Liquidez	0,08443
Saúde x Gastos com Pessoal	-0,10147
Saúde x Investimentos	-0,13106

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Já os resultados negativos de correlação identificados nas variáveis de educação e saúde quando se trata de gastos com pessoal, mostram que o comprometimento das receitas públicas com o pagamento de servidores pode vir a impedir uma melhor oferta de serviços de qualidade para as pessoas e em relação aos investimentos mostram que o comprometimento em outras áreas em geral pode levar a diminuição da qualidade, mas não é algo que se pode afirmar de maneira certeira uma vez que o indicador não revela qual área está sendo investida.

#### **4 Considerações finais**

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre a qualidade da gestão fiscal e a promoção do desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Estado do Amazonas, e através da análise descritiva dos índices da FIRJAN, os resultados do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) mostram que os municípios do Amazonas enfrentam problemas relacionados à sua gestão fiscal nos quesitos de autonomia, mostrando uma alta dependência de repasses estaduais e federais, e os gastos com pessoal, onde uma parcela significativa dos municípios compromete suas receitas com pagamento de servidores. Em relação à liquidez e os investimentos, embora tenha havido uma melhora em alguns períodos, ainda é necessário que exista uma gestão eficiente dos recursos.

A análise do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) revela que os municípios do Amazonas não atingiram um nível de alto desenvolvimento em nenhuma das dimensões do indicador. A maior parte dos municípios classifica-se em desenvolvimento regular, com destaque à dimensão da educação, onde mais de metade dos municípios são classificados como baixo desenvolvimento.

Os resultados sugerem que a gestão dos municípios precisa melhorar, sendo necessário a busca de uma maior autonomia financeira, melhor administração dos gastos com pessoal, melhoria da liquidez e, manter os investimentos que promovam o bem-estar social, além de buscar alta qualidade da educação, saúde e oferta de empregos da população. Para isso é fundamental que os administradores priorizem a eficiência e transparência em sua gestão.

A análise da matriz de correlação mostra que as mais fortes relações encontradas são as entre variáveis como educação, autonomia e renda, indicando assim a importância de investimentos nesses campos por parte dos representantes municipais, considerando ainda o baixo desempenho do indicador de educação do IFDM, a aplicação de recursos nessas áreas tem sua importância para a garantia da qualidade de vida das pessoas.

Os resultados referentes às correlações indicaram que existem relações entre as variáveis. O indicador de autonomia apresentou os maiores coeficientes relacionados à educação, saúde e emprego & renda, evidenciando assim que uma gestão de qualidade que possui recursos para se sustentar pode oferecer serviços públicos que garantam uma certa qualidade de vida para as pessoas.

Porém, os coeficientes fracos em todas as áreas sugerem que para se afirmar maiores conclusões definitivas a respeito da situação do desenvolvimento ou da qualidade da gestão é necessário levar em conta outros fatores que possam influenciar essas variáveis. Ainda assim, os resultados da pesquisa mostram que as relações identificadas entre essas variáveis socioeconômicas podem vir a influenciar a implementação de políticas públicas que visem melhorar a qualidade de vida da população.

A pesquisa serve como um ponto de partida para futuras investigações e debates sobre a gestão pública e o desenvolvimento regional no Amazonas, oferecendo dados que podem ajudar políticas voltadas à melhoria da gestão fiscal e ao fortalecimento do desenvolvimento dos municípios.

## Referências

ARAÚJO, Emanuelle Silva. Desenvolvimento Urbano Local: o caso da Zona Franca de Manaus. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. 2009, 1(1), 33-42. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193114456004>>. Acesso em 3 de ago. 2023

AVELINO, B. C. et al. Estudo Sobre Os Fatores Contábeis que Influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas capitais brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 7, n. 3, 2013. DOI: 10.17524/repec.v7i3.993. Disponível em: <<https://www.repec.org.br/repec/article/view/993>>. Acesso em 4 de ago. 2023.

BOUERI, R. A Lei de Responsabilidade Fiscal como coordenadora do desempenho fiscal dos municípios brasileiros. **Responsabilidade na gestão pública: os desafios dos municípios**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 145-169. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3744>> Acesso em 20 de set. 2023

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucional/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 20 de ago. 2023

BRASIL. Decreto-Lei Nº 288 de 28 de fevereiro de 1967. **Portal da Legislação**, Brasília, DF. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm)>. Acesso em 21 de ago. 2023

BRITO, C. E. B. de. TERRITORIALIDADE: A ZONA FRANCA DE MANAUS E SEU IMPACTO SOCIOECONÔMICO NO ESTADO DO AMAZONAS. **Revista Ibero-Americana De Humanidades**,

**Ciências E Educação**, v 7, n 2, p 238-249, 2021. Disponível em <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/595>> Acesso em 20 de nov. 2023

CRUZ, Claudia Ferreira e AFONSO, Luís Eduardo. Gestão fiscal e pilares da lei de responsabilidade fiscal: evidências em grandes municípios. **Revista de Administração Pública - RAP**, v. jan./fe 2018, n. 1, p. 126-148, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612165847>. Acesso em 14 set. 2024.

DALCHIAVON, Eloisa Carla. **Desenvolvimento Econômico Dos Municípios Paranaenses: Análise A Partir Do Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal (Ifdm) Para O Período De 2005 A 2013**. 2017. 97 P. Dissertação (Programa De Pós-Graduação Em Gestão E Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná, Francisco Beltrão, 2017. Disponível em <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/3039>>. Acesso em 4 de out. 2023.

FIGUEIREDO, R. R.; AZEVEDO, A. A. DE; OLIVEIRA, P. DE M. Análise da correlação entre a escala visual-análoga e o Tinnitus Handicap Inventory na avaliação de pacientes com zumbido. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, v. 75, n. 1, p. 76–79, fev. 2009. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0034-72992009000100012>> Acesso em 03/07/2024

FIORAVANTE. Dea Guerra; SABOYA. Maurício; VIEIRA. Roberta. Finanças públicas municipais: uma reflexão dos impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Responsabilidade na gestão pública: os desafios dos municípios**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 145-169. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3744>> Acesso em 20 de set. 2023

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**, 2021. Disponível em <<https://firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>. Acesso em 3 de dez. 2023.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)**, 2021. Disponível em <<https://www.firjan.com.br/ifgf/>>. Acesso em 6 de dez. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**, Amazonas, 2023. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>>. Acesso em 03 de ago. 2023.

LEITE FILHO, G. A.; CRUZ, C. F.; NASCIMENTO, J. P. B.; SILVA, T. G. Relação entre a Qualidade da Gestão Fiscal e a Transparência dos Municípios Brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 76, p. 337-355, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75408>>. Acesso em 8 de set. 2023.

NAKAGAWA, M.; RELVAS, T. R. S.; DIAS FILHO, J. M. Accountability: a razão de ser da Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 1, n. 3, p. 83-100, 2007. Disponível em <<https://www.repec.org.br/repec/article/view/17>> Acesso em 8 de set. 2023.

ROSA, F. S.; MARTINS, S.; LUNKES, R. J.; VIEIRA, D. M. A influência da transparência pública na relação entre gestão fiscal e no desempenho de municípios brasileiros. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 54, p. 262-278, 2021. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9621>> Acesso em 3 de set. 2023.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, ed. 5, p. 909-933, 2007. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rap/a/ckPJpMvLjdmQvc9jcPJdvQP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 3 de set. 2023.

SILVA, Clayton Robson Moreira da; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 791-801, jul-ago 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rap/a/RQSK9HMxNJSkzMRtqFLtCyM/?lang=pt>>. Acesso em 26 de ago. 2023.

SANTOS FILHO, M. R. (2010). **Desenvolvimento Humano dos Municípios Baianos: uma Avaliação a partir de Indicadores Sociais e das Demonstrações Contábeis**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7427>> Acesso em 12 de set. 2023

SANTANA JUNIOR, J. J. B., LIBONATI, J. J., VASCONCELOS, M. T. de C., & SLOMSKI, V. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. **Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade** (REPeC), 3(3), 62–84. 2009. Disponível em <<https://www.repec.org.br/repec/article/view/101>> Acesso em 12 de set. 2023

SOUZA, Áurea (2019). Coeficiente de correlação de Pearson e coeficiente de correlação de Spearman. O que medem e em que situações devem ser utilizados? **Correio dos Açores: Matemática**, 21 de março de 2019, p. 19. Disponível em <<https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/5365>> Acesso em 02 de julho de 2024

ZIRBES, M. C. C.; BITARELLO, J.; STAUDT, T. Análise dos relatórios da execução orçamentária e da gestão fiscal no contexto da lei de responsabilidade fiscal. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 6, n. 1, p. 123-136, 2009. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/57419/analise-dos-relatorios-da-execucao-orcamentaria-e-da-gestao-fiscal-no-contexto-da-lei-de-responsabilidade-fiscal>> Acesso em 17 de set. 2023.